

Um ano de Presidência Portuguesa da CPLP

Patrícia Magalhães Ferreira . IEEI

A XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP decorre de 19 a 20 de Julho, na cidade da Praia, sob o tema “A solidariedade na CPLP no contexto da crise económica e financeira internacional: perspectivas regionais”. A reunião marca ainda o fim do primeiro ano da Presidência portuguesa da organização, a qual tinha eleito para eixo central de actuação a promoção e projecção da Língua Portuguesa, quer dentro da CPLP, quer junto das instâncias internacionais.

No entanto, e apesar de este ser o cimento da própria organização, é igualmente o seu elo mais fraco. Atendendo às expectativas criadas durante a Cimeira de Lisboa, realizada há cerca de um ano, os resultados concretos na promoção da língua portuguesa são parcos e insuficientes. Desde logo, para uma efectiva promoção da língua é necessário que os Estados membros possuam, eles próprios, uma visão estratégica e integrada da língua. Ora isto não se verifica na maior parte dos países, incluindo Portugal, onde a política da língua esbarra frequentemente em perspectivas e interesses divergentes das instituições com responsabilidade na matéria. As dificuldades de coordenação e convergência entre o Instituto Camões, o Ministério da Educação e o IPAD/Ministério dos Negócios Estrangeiros resultam em acções desconexas, isoladas ou sem ligação a uma estratégia mais abrangente. Estes problemas vão para além da necessidade de revitalização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), que a Presidência Portuguesa tenta refundar através da atribuição de verbas e de tarefas bem definidas, tal como discutido na reunião realizada em Maio de 2009, em Lisboa. Dotar o IILP de meios materiais, técnicos e humanos que permitam a concretização dos seus objectivos e a desempenhar um papel cada vez mais activo na promoção da Língua Portuguesa nos fora internacionais será um dos aspectos urgentes, a concretizar durante o segundo ano de Presidência.

Os esforços de promoção internacional da Língua Portuguesa esbarram também numa visão lusa historicamente limitada relativamente ao Brasil, actual motor de internacionalização da língua, e aos PALOP, que muitas vezes assumem uma postura de defesa da língua nas instâncias internacionais mais acérrima do que Portugal (veja-se, por exemplo, a actuação de Angola em diversos fora). Reconhecendo a diversidade geográfica e cultural dos Estados que compõem a CPLP, é necessário uma política integrada que aposte no ensino em Português, na ligação e interacção do Português

com outras línguas (como o crioulo ou o tetum) e na promoção de outras vertentes – empresarial, cultural, etc – que são, em si próprias, veículos de difusão da língua.

Um exemplo das dificuldades de convergência de visões diferenciadas está no processo difícil (e ainda inacabado) de aprovação e aplicação do Acordo Ortográfico, em relação ao qual não foram devidamente acauteladas as preocupações de alguns países (nomeadamente os PALOP). Professores, escritores e investigadores alertaram para a ausência de um debate aprofundado sobre a matéria e apontaram erros e omissões no Acordo, prevendo, desde logo, uma difícil implementação.

Outro assunto difícil no âmbito do diálogo intra-CPLP têm sido as questões da cidadania e da circulação no espaço CPLP, com o arrastar das negociações para uma eventual aprovação do Estatuto de Cidadão Lusófono.

Com efeito, o Conselho de Ministros reunido em Bissau, em Julho de 2006, adoptou uma resolução que considera a cidadania e circulação de pessoas no espaço CPLP como factor essencial e reforço dos laços de solidariedade entre os cidadãos dos Estados membros, e de intercâmbio sócio-cultural dinamizador do conhecimento mútuo e do sentimento de pertença à Comunidade; na mesma resolução, os Ministros instam o Grupo de Trabalho Alargado a aprofundar a reflexão sobre o Estatuto do Cidadão da CPLP, bem como acerca de outras questões relevantes no âmbito da cidadania e circulação de pessoas no espaço da CPLP. Os representantes dos Estados não têm invocado objecções de natureza política, mas sim impedimentos jurídico-constitucionais, nomeadamente, quanto à atribuição de direitos políticos. No entanto, se a resolução de questões consulares e constitucionais, a harmonização das diferentes legislações dos Estados-membros e a implementação de direitos de cidadania comuns constituem, sem dúvida, um processo complexo e lento, também é reconhecido que os avanços dependem igualmente da vontade política dos envolvidos.

Se a CPLP pretende valorizar o factor humano, assumindo-se também como uma organização dos povos e como um espaço de cidadania, terá de dar passos para melhorar as condições de acesso a esse espaço. Isto passa pela aprovação e implementação de instrumentos de integração política e social, que promovam a circulação e a partilha, sob pena de essa pretensão permanecer no campo da utopia.

São de salientar alguns aspectos em que a CPLP tem avançado de forma positiva, em particular no decurso da Presidência Portuguesa. Um deles tem a ver com os aspectos sectoriais, de que se destacam, entre outros: os avanços na cooperação para combate ao HIV-Sida e a aprovação do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde, a realização de exercícios militares e a constituição dos centros de excelência na área da Defesa

para formação em Operações de Paz, ou a I Reunião dos Ministros das Finanças da CPLP (Junho 2009) com o objectivo de promover a intensificação da cooperação económica e financeira entre os países que integram a Organização. É ainda de salientar a aproximação a outros actores, com a realização da primeira Assembleia parlamentar da CPLP (que se centrou nas questões da cidadania) e o início de um processo de diálogo com a sociedade civil.

Recentemente, tem sido aprofundado o processo reflexivo em torno de uma nova visão estratégica de cooperação para a CPLP da qual desembocará a preparação de um novo PIC, a partir de 2010. Espera-se que este programa de cooperação possa basear-se numa avaliação do que foi feito e permita romper com o passado de inércia que caracterizou alguns dos projectos de cooperação. No entanto, a abordagem seguida parece apontar para a duplicação ou replicação de estruturas – como são os casos do Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE) ou do Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP) – em vez de apostar numa maior coordenação com as estruturas e redes já existentes. Existindo redes empresariais ou dos Institutos de Administração Pública dos vários países, é questionável o não-aproveitamento dessas redes para a prossecução dos projectos de cooperação da CPLP, criando antes novas estruturas que terão de provar a sua mais-valia enquanto espaços privilegiados de diálogo, de concertação e de execução de programas.

Por força das circunstâncias, a situação na Guiné-Bissau exigiu, ao longo do último ano, uma atenção especial da Presidência Portuguesa e da própria organização. Em Novembro de 2008, a CPLP aprovou um Programa para apoio à estabilidade na Guiné-Bissau, assente em três pilares: (i) combate ao narcotráfico, (ii) aprofundamento da reforma do sector de segurança e (iii) geração de recursos internacionais para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Relativamente ao primeiro pilar, o papel da CPLP tem sido, acertadamente, o de cooperar com as organizações envolvidas nesta matéria, colocando o enfoque no apoio ao do Plano de Acção da CEDEAO (resultante da Conferência Ministerial da CEDEAO sobre o Tráfico Ilícito de Drogas como Ameaça à Segurança na África Ocidental, Outubro de 2008) e na revitalização do Plano Operacional para Prevenir e Combater o Tráfico de Droga na Guiné-Bissau e Promover o Estado de Direito e Uma Efectiva Administração da Justiça, aprovado em Lisboa, em Dezembro de 2007, cuja formulação e gestão foram atribuídas ao Escritório da ONU contra as Drogas e o Crime (ONUDD).

Relativamente ao segundo eixo, a CPLP promoveu recentemente uma mesa redonda específica, em conjunto com a CEDEAO, a UNOGBIS e os Governos guineense e cabo-verdiano (Março de 2009), com vista a identificar os constrangimentos à implementação do programa de reforma do sector de segurança e defesa, propondo medidas para a sua dinamização. Continua a ser necessário desenvolver acções para envolver de forma efectiva as autoridades guineenses, uma vez que as acções de reforma do sector de segurança estão, em grande medida, a ser realizadas sem participação activa ou interesse daqueles que deveriam liderar o processo.

O terceiro pilar tem sido aquele em que a Presidência Portuguesa tem beneficiado de maior espaço para desenvolver a sua capacidade de influência e de pressão, tentando colocar a Guiné-Bissau nas agendas internacionais, apesar da sua falta de relevância estratégica para a Comunidade Internacional, por comparação com outros países, mesmo africanos. Neste âmbito, não foi concretizada ainda a Conferência Internacional de Doadores para mobilização de recursos financeiros adicionais para o país, permanecendo um objectivo central da Presidência Portuguesa. As hipóteses de uma força de interposição da CPLP após a instabilidade recente no país foram rejeitadas pela organização, quer pelas capacidades e organização que tal exigiria, quer ainda pelo entendimento coerente de que esse papel caberá, em primeiro lugar, à CEDEAO (naturalmente em concertação com a União Africana e no quadro das Nações Unidas). A CPLP poderá ter, contudo, um papel importante de “pressão dos pares”, para a aceitação de uma força externa de manutenção da paz que pudesse garantir a segurança no país, neutralizar acções desadequadas das facções militares e criar condições para o desenvolvimento.

A Presidência Portuguesa tem ainda tido uma acção robusta de promoção da CPLP junto das instâncias internacionais, celebrando acordos com diversas instituições (União Africana, CE, CEDEAO). No entanto, para que o aumento da representação da CPLP no plano internacional se reflecta numa maior projecção da lusofonia no Mundo é necessário reforçar a própria coesão interna do grupo. Isto implica transformar a organização para que esta seja, cada vez mais, um instrumento de conhecimento mútuo entre países, de harmonização de vários aspectos e políticas e, ainda, de diálogo entre actores diversificados.

Este processo depende, naturalmente, não só de acções concretas de afirmação e consolidação da Comunidade e da dinâmica dos órgãos da CPLP (como o Secretariado ou a Presidência) mas, principalmente, dos objectivos, interesses e vontade de cada Estado envolvido. Sendo a CPLP um espaço descontínuo em termos geográficos, com

níveis de desenvolvimento muito díspares e com prioridades de política externa bastante diversificadas (decorrentes do próprio contexto regional de cada país), todos os avanços que sejam realizados no seio da organização apenas poderão ter efeitos reais se existir um maior envolvimento dos Estados membros, de forma a incluírem progressivamente a agenda da CPLP nas suas políticas internas.

|